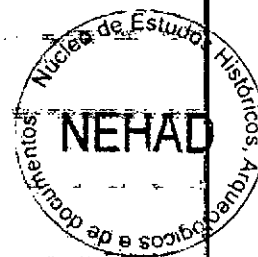


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES PRESIDENTE KENNEDY**
(1960 - 1998)

ELIENE FRANCISCA DA SILVA FRANÇA

**NATAL-RN
FEVEREIRO/99**

h) -
DCC

ANEXO 3
ELIENE FRANCISCA DA SILVA FRANÇA



**A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO INSTITUTO DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES PRESIDENTE KENNEDY
(1960 - 1998)**

**Monografia apresentada a disciplina prática de
PESQUISA HISTÓRICA II, do curso de História
Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal do
Rio Grande do Norte, sob a orientação das professoras
Dra. Denise Mattos Monteiro e Flávia de Sá Pedreira.**

**Natal - RN
Fevereiro/99**

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Sergio Augusto, aos meus filhos Rafael Lucas, Raiane Caroline e Sergio Júnior que enchem minha vida de uma enorme alegria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me colocado no mundo e me possibilitar viver e reviver tantas experiências;

Ao meu marido;

Aos meus pais pelo exemplo de dedicação aos filhos;

À professora Fátima Martins;

À professora Dra. Denise Monteiro;

À professora Flávia de Sá Pedreira;

Ao meu irmão Elialdo Chibério;

Ao meu sobrinho Rodrigo Seixas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1 O CONTEXTO EDUCACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL.....	8
2 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE A PARTIR DA DÉCADA DE 1960.....	18
3 O INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRESIDENTE KENNEDY: UM HISTÓRICO.....	29
3.1 HISTÓRICO:.....	29
4 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR.....	32
4.1 ESCOLA NORMAL: PEQUENO HISTÓRICO	32
4.2 CURSO MAGISTÉRIO DO 2º GRAU:.....	33
4.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A NÍVEL DE 3º GRAU:	36
5 CONCLUSÃO.....	42
6 BIBLIOGRAFIA.....	43

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procuramos mostrar a importância que o Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy (IFPPK) teve para a sociedade norte-rio-grandense, em particular para o natalense, no período histórico que vai desde o contexto educacional dos anos 60 até a criação e desenvolvimento do curso de formação de professores do 3º Grau nos anos 90. Esse curso visa a melhoria qualitativa no processo do ensino/aprendizagem do ensino fundamental de 1ª a 4ª série, servindo também para inspirar e fundamentar a implantação do curso de magistério do 3º Grau na Universidade Federal do Rio Grande do Norte nas cidades do interior.

Para a realização desta pesquisa foi utilizada como fonte principal a dissertação de mestrado (Gadelha.1997) as demais obras foram através das fontes primárias e secundárias/dissertação de mestrado do curso de educação da UFRN, leitura e fechamento de bibliografias que abordam o tema. Tivemos dificuldade em mostrar dados bibliográficos sobre o tema desenvolvido no capítulo II.

O primeiro capítulo deste trabalho relata o contexto educacional no Brasil, a partir dos anos 60, abrangendo um relato sobre a política do populismo, sobre a política educacional dos governos militares e as mudanças educacionais com a Lei de Diretrizes e Bases 5692/72, chegando-se aos anos 90. O segundo capítulo descreve as especificidades da política educacional do Rio Grande do Norte, nessas três décadas. O terceiro capítulo mostra a importância do Instituto Kennedy, desde a sua fundação em 1965, com o curso do ensino normal até a criação e o desenvolvimento do curso de Formação de Professores de 3º Grau criado como proposta do IFPPK no início dos anos 90.

O curso de ensino normal oferecido pelo Instituto Kennedy foi o primeiro passo dado pela educação norte-rio-grandense no ensino de 1º Grau até a 6ª série. Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1971, a 5692/71, foi extinto o ensino normal, dando lugar ao curso de especialização do magistério do 2º Grau, que vem gradualmente sendo eliminado da Escola Estadual Presidente Kennedy para dar lugar ao Curso de Formação de Professores do 3º Grau.

Recadas

e

O curso de Formação de Professores inovou e oportunizou a muitos professores que, por não estarem aptos, ou por não encontrarem motivação para voltarem a estudar depois de muitos anos em exercício da profissão e muitas vezes por não existir em sua cidade instituição educacional que ofereça curso superior, empenharam-se no desafio de se qualificarem com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para a sociedade norte-rio-grandense.

1 O CONTEXTO EDUCACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 NO BRASIL

Em princípio, a década de 1960 foi marcada pela política do populismo onde se utilizou a simpatia das classes de baixa renda em todo o Brasil, com a finalidade de promover-se através da massa eleitoral

Para melhor compreensão do termo populismo, Weffort (1980) conceitua-o como

“um fenômeno político que assumiu diversas facetas e estas foram freqüentemente contraditórias. Define ainda que O Populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares , mas foi também um modo de expressão de suas manifestações”. (Weffort, 1980. 61-63)

São vários os conceitos aplicados ao populismo. Segundo Wills em Ioniseu-Gellner, 1971.

“O Populismo é mais moralista que progmatíca... a lógica e a efetividade são menos apropriados que uma atitude correta e que a harmonia espiritual”, “ a sua ideologia é vaga e as tentativas de a definir com extatidão provocaram irrisão e hostilidade”. (Bobbio, 1986. p.983).

No início dos anos 60, o descontentamento social já se embrionava nos alicerces da estrutura do Estado mostrando uma perspectiva de luta, que se caracterizava pela ampla mobilização popular e uma valorização dos processos culturais e educacionais como meio de conscientização política e transformação da realidade de dominação e opressão, a que estava submetida a maioria da população. Os movimentos de educação popular começaram a emergir, levando a população adulta a participar da vida política do país através do combate ao analfabetismo.

"O estado definia o processo educacional como sendo o meio de promoção individual e de desenvolvimento social, embora continuasse praticando uma educação formal elitista para os estratos mais abastados da sociedade. É nesse processo de discussão política que surgiram as propostas oficiais para a educação e cultura".(Cruz,1990.16).

Os movimentos culturais e as grandes campanhas de alfabetização recebem o total apoio dos intelectuais. Os acontecimentos políticos do período serviram portanto como elementos de discussão nas atividades culturais.

"As eleições presidenciais que ocorreram em 1960 propiciaram a ampliação do debate em torno da questão democrática e o comprometimento dos candidatos com as propostas colocadas pelos representantes dos movimentos populares, favorecidas pela política de alianças e de coligações praticada na época. Nessa eleição, saíram vitoriosos os candidatos Jânio Quadros (presidente) e João Goulart (vice), pelas legendas do Partido Social Democrata (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), respectivamente. Esse governo teve a duração de nove meses (31/01/1961 à 07/09/1961), caracterizado por uma série de desencontros que trouxeram muitos transtornos à vida nacional. Entre as suas propostas, encontram-se a vontade política de promover a democracia, a mobilização, a liberdade sindical, o direito de greve, a conservação das liberdades políticas e individuais à promoção do bem estar social, o respeito à soberania nacional e a defesa da união entre os povos. Intenções que traduzidas implicam na defesa intransigente da nacionalidade, da autonomia e a melhoria das condições de vida".(Cruz, 1990).

Antes de realizar, ou melhor, por em prática suas idéias de reformas prometidas em campanha, Quadros é empurrado para fora do poder como conseqüência do agravamento da crise política e as divergências em seu grupo de sustentação política. Sai então Quadros do poder através da renúncia e toma posse o vice-presidente João Goulart, e este assume a Presidência da República num clima de ampla mobilização política do movimento popular e das instituições da sociedade civil (partidos, sindicatos, associações de trabalhadores e o

movimento estudantil) em defesa dos princípios democráticos pelas reformas sociais, políticas, educacionais e econômicas.

O ensino no Brasil observado na década de 1960 era regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n.º 4.024/61), aprovada pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 1961; a Lei 4024 traz no seu bojo toda uma influência do pensamento liberal burguês, já que, pelas suas prescrições, a organização do ensino brasileiro inspirava-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado (Arts. 2º e 3º). Assim o direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se considerava no poder: a burguesia.

Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa. Enfim, para superar a situação de opressão, própria do antigo regime, e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado livremente entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim os indivíduos deixariam a sua condição de "súditos" para se transformarem em "cidadãos", isto é, uma vez esclarecidos e ilustrados, via educação se transformariam em indivíduos livres. A educação no Brasil não mudou com a lei n.º 4024/61. Muito pelo contrário, a lei conservou a tradição originária da estrutura de classe baseada na força do latifúndio.

Apesar de conter em seu contexto certos elementos populistas, no caso "educação, como direito e dever de todos"(Art.20), a educação brasileira preservou o seu caráter elitista; pois, ao mesmo tempo em que a lei dissolve formalmente a dualidade anterior do ensino (cursos acadêmicos para a classe dominante e profissionalizantes para a classe dominada), ela cria os exames vestibulares, uma barreira intransponível para a classe trabalhadora, no que trata ao acesso ao ensino superior.

Quanto aos cursos de nível médio que, segundo a LDBEN deveriam fornecer certas qualificações necessárias ao mercado de trabalho, foram sendo gradativamente desvinculadas, tanto por parte do setor privado como por sua clientela. Não oferecendo as habilitações que anunciavam, os cursos de nível médio tornavam-se e tornam-se ainda em cursos propedêuticos disfarçados.

Sobre as condições para o provimento de cargos para o magistério primário e médio, a lei n.º 4024/61 prescreve seguinte: para o cargo de diretor escolar, valia uma vaga previsão de que o candidato "fosse educador qualificado"(Art. 42); para o exercício docente do ensino primário oficial ou particular, deveria o candidato possuir o diploma de curso normal de grau ginásial (Art. 53) ou de grau colegial (Art. 54), obtidos em escolas

normais ou em institutos de educação (Art.55); o ingresso na função docente de grau médio exigia do candidato a graduação obtida nas faculdades de filosofia, ciências e letras (Art. 59), mediante, também, concurso de títulos e provas (Art. 60) e a apresentação do registro do órgão competente (Art. 61).

Com a prescrição da lei n.º 4024/61 ficou traçado, também, o Plano Nacional de Educação, que deveria concretizar-se em oito anos - 1962/1970. Foram criados paralelamente a este plano projetos educacionais vinculados aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior que deveriam se realizar sob a coordenação do Conselho Federal de Educação. Entre as metas do plano, figurava-se o seguinte:

“além de matricular toda a população em idade escolar primária, deverá o sistema escolar constar, até 1970, com professores primários diplomados, sendo 20% em cursos regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós colegial”. (MABEL, 1996.p18).

Quanto às reformas de estrutura administrativas dos setores públicos, o governo Goulart chegou a anunciá-las no plano trienal. Só que, em sua maioria, essas reformas seriam para o encaminhamento de medidas que visassem a solução da questão agrária, ponto central das reformas de base. Neste sentido foi criado a Superintendência de Política Agrária – SUPRA, que procederia à desapropriação de áreas próximas às estradas de ferro, rodovias federais e açudes públicos. Como interessava também ao governo obter o controle sobre a organização dos trabalhadores rurais, foi decretado o Estatuto do Trabalhador Rural com a finalidade de dar cobertura ao reconhecimento dos sindicatos rurais.

O governo, aproveitando-se da mobilização das massas populares, abriu possibilidades de realizar trabalhos de educação popular, no setor educacional, como nos cursos do Movimento de Educação de Base – MEB, dos Centros Populares de Cultura – CPCs e do movimento da cultura popular do Recife, cujas experiências apareceram no plano nacional de alfabetização. A exemplo de Recife, o Nordeste torna-se o berço dos movimentos de educação de base. Com o MEB, procurava-se desenvolver um trabalho de conscientização política, fundando escolas de alfabetização, de autonomia própria, onde as crianças aprendiam a ler e os adultos questionavam problemas do povo.

Politicamente, o Nordeste encontrava-se num quadro de lutas antagônicas como em todo o país, havia crise econômica, política e social. As ligas camponesas e os sindicatos rurais fortaleceram-se e, por sua vez, organizaram os trabalhadores rurais como classe, tendo como resultado a greve que paralisou a indústria açucareira no estado de Pernambuco.

“O Nordeste, apresentava quanto à sua economia, um quadro de crescente perda na participação do produto total do país em virtude do crescimento industrial ter se concentrado no centro-sul, o que favoreceu o argumento dos chamados desequilíbrios regionais”.(Germano, 1982. 30).

Os movimentos populares e democráticos, no início da década de 1960 ganharam força no Nordeste, juntamente com a Igreja, que contribuiu para a organização dos trabalhadores rurais.

“As forças populares do Nordeste ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, estavam impondo a sua hegemonia cultural, ou hegemonia ideológica ao nível das instituições da superestrutura”.(Góes, 1982.p32).

O Nordeste foi a região do Brasil em que as modalidades de ensino se originaram e se desenvolveram, só sendo interrompidas com a eclosão do movimento militar de 1964.

“Com a instauração do movimento militar de 1964, os movimentos e campanhas foram interrompidos pois foram afastados do cenário político as lideranças e as instituições que lhes davam razão de existir, com ressalvas feitas apenas ao MEB, que foi sendo esvaziado lentamente, só encerrando suas atividades na década de 80”.
(Cruz,1990.p23).

Afastado do quadro político, o movimento popular estava instaurando a ditadura e, com ela, as condições efetivas para a arrancada do capitalismo no Brasil. Passa então o Brasil a ser orientado na perspectiva de crescimento econômico a qualquer preço.

“Finalmente pode-se dizer que o quadro da educação brasileira, no que se refere a lei n.º 4024/61, apresentava-se ao final deste período em descaso para com a educação popular, já que a classe trabalhadora continuava sem acesso à educação; mantém-se a estrutura tradicional do ensino, consagrando-se, assim, o sistema dual da educação acadêmica para a classe dominante e educação para o trabalho para a classe trabalhadora”.(Góes,1986.54).

Portanto, os rumos da educação brasileira, a partir de 1964, seguem em consequência, outra direção determinada pela nova ordem social vigente, estando já o capitalismo implantado.

“Estava em curso, nesse instante, o projeto de capitalismo associado, iniciado no começo dos anos 60, em consequência da privatização e internacionalização da economia brasileira”.(Cruz,1990.55).

Deste modo, o novo regime que se implantou no país, em 1964, teve em vista tirar o movimento popular que, pela sua organização crescente, estava sendo encarado pela burguesia como um limite à acumulação do capital. Nesse sentido, uma das primeiras providências do governo militar voltou-se exatamente para a repressão e o desmantelamento da organização dos trabalhadores. Dentre as principais medidas tomadas podem-se apontar: a intervenção nos sindicatos, a nova política salarial e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Tais providências tomadas em conjunto, representaram na prática , segundo Germano,

"A contenção do trabalho e a liberação do capital, portanto, ao intervir nos sindicatos, o governo privou o movimento sindical de sua liderança mais autêntica. Ficou abolido também o direito de greve, podendo esta ser realizada somente como forma de protesto contra atrasos de pagamento. Durante os governos que se sucederam nos anos de 1964 - 67, o Estado foi levado a interferir praticamente em todos os setores da economia nacional e, em conseqüência, em todos os aparelhos do estado, reformulando instituições, definindo normas, técnicas e objetivos". (Santos, 1986.58).

A educação atribuía-se a responsabilidade pelos altos índices de analfabetismo, de evasão e repetência na rede pública e os baixos índices de qualificação da mão de obra. A ênfase recai, então, para o sucesso do plano do governo no caráter da educação nacional. Assim, em nome da promoção do homem e do desenvolvimento econômico e social, promove-se a reforma do ensino superior, retirando a seriação e, em seu lugar, instituindo o sistema de disciplinas e créditos. Parcela-se o processo de ensino e aprendizagem, retira-se a autonomia do trabalho docente e esvazia-se o ensino ao punir-se os docentes que utilizassem uma metodologia de análise e de crítica. A simples informação e a reprodução dos conteúdos livres passam a reger o processo de ensino do terceiro grau.

Dissocia-se o ensino da pesquisa, em ciências humanas ao privilegiar os setores das ciências exatas. Põe-se em segundo plano a formação humanista dando-se prioridade a formação profissional objetiva, destituída de qualquer conotação política.

Pretendia-se com a vigência dos atos institucionais baixado pelo presidente Castelo Branco, primeiro governo militar, conferiram ao estado intervencionista, que se configurou a partir de 1964, uma hegemonia absoluta do poder executivo sobre o legislativo e foi conferido ao poder executivo, dentre outros poderes especiais e excepcionais, o de suspender as prerrogativas do congresso nacional, cessar mandatos de parlamentares e intervir nos estados. Pretendia-se com tais medidas, reforçar o autoritarismo a fim de que a política econômica governamental pudesse ser reformulada e executada com o mínimo de obstáculos e com o máximo de eficácia. Assim, a ação estatal poderia propiciar condições favoráveis ao fortalecimento do setor privado e, conseqüentemente, servir aos interesses políticos da burguesia industrial brasileira já agora em posição hegemônica no seio da sociedade. Tratava-se, portanto, de forçar a máquina estatal e aniquilar as condições vitais de todo o poder parlamentar, a intensificar as medidas de repressão contra a opinião

pública, contra os órgãos de imprensa, contra as instituições sociais e culturais e contra as classes trabalhadoras e a mutilar e paralisar as organizações independentes dos movimentos sociais, ou então amputá-las completamente. Do bojo dessas medidas de repressão, fez parte também, um conjunto de medidas de controle político-ideológica que passou a regular, a partir de 1964, a vida e o funcionamento das organizações estredantes. A lei n.º 4.465 de 9 de novembro de 1964, lei suplicy, que extinguiu União Nacional dos Estudantes – UNE e os congêneres estaduais. Com esta medida inicia-se então, o longo programa de controle político-ideológico de retirar dos estudantes, especialmente os de nível universitário, qualquer autonomia representativa e mantê-los, assim, afastados de uma participação mais ativa na vida política do país.

“A lei 4.440, de 27 de outubro de 1964, instituiu o salário educação; o decreto lei 55.557, de 12 de janeiro de 1965 estendeu-se a obrigação de contribuição para o salário educação à todos os funcionários públicos e privados; o decreto lei n.º 53, de 18 de novembro de 1964, determina que fossem feitas mudanças nas universidades, de forma a possibilitar a economia de recursos e sua maior produtividade; lei n.º 5.537, de 4 de novembro de 1968, criando o Fundo de Desenvolvimento de Educação – FDE.” (Santos, 1986. 61).

As medidas tomadas ao longo do período 1964 – 70, tinham em vista assegurar, de forma continuada, a política econômica governamental do novo regime. Tal política, embora sob vários aspectos, tinha correspondido a um aperfeiçoamento de tendências e realizações efetivas nos governos anteriores, utilizaram uma nova sistemática e orientação, de acordo com as condições econômicas vigentes, de maneira que contribuiu para intensificar o processo de concentração de renda do país.

Vale observar que houve um agravamento da crise no setor educacional no final da década de 60, sobre tudo nos meios universitários, os estudantes procuravam os cursos superiores na crença de que estes, pelo diploma conseguido, pudessem atender as suas aspirações sociais. E como dispunham ainda de canais de expressão de suas insatisfações, greves, passeatas e outras manifestações, ao contrário da classe trabalhadora, os estudantes mobilizaram-se ao lado dos professores, por mais verbas e mais vagas, palavras de ordem

ouvidas de norte a sul do país. O governo utilizou-se da crise no setor educacional para buscar recursos externos e reformá-lo segundo o modelo econômico vigente. De repente foram criados os mecanismos apropriados. Imediatamente após as manifestações de descontentamento de 1968, inicia-se então a nova reforma do sistema educacional brasileiro que estabelecia a institucionalização e elaboração de estudos e sugestões para atuação e expansão do ensino primário e médio, a partir do início da década de 1970.

A década de 1960 foi influenciada pelo modelo tecnicista na educação brasileira, conseqüência dos movimentos de modernização que atinge as áreas científicas e tecnológicas, e, mais especificamente, as descobertas e os avanços das sociedades industriais foram impulsionadas pelos princípios da produtividade, eficácia, eficiência e racionalidade. Com a Lei 5692/71 foram introduzidas no país as reformas do ensino, que trouxeram uma expansão das instituições escolares e o interesse pela formação profissional, criou-se o curso de magistério a nível de habilitação de 2º Grau.

As reformas em torno da profissionalização docente não trouxeram acréscimos, mas contribuíram para distanciar o profissional de sua função que, com as mudanças colocadas através da legislação, perdeu o domínio do conteúdo, a capacidade de sistematizar seu trabalho, pela redução da formação específica.

As conseqüências disso são visíveis na prática educativa dos anos 80: ensino precário e deficiente, efetivado sobre condições materiais e humanas muito pobres.

É realizado o II Plano Setorial de Educação e Cultura e Desporto de 1980 a 1985, onde foi estabelecida a valorização dos recursos humanos, especialmente as ligadas ao ensino primário.

"Segundo Cavalcante (p.54), a Coordenadoria de ensino regular do 2º Grau (COES/SEPS) realiza o Encontro Nacional de 2º Grau em 1981, onde foi levado, em caráter de destaque, a discussão sobre a melhoria da habilitação para o magistério de 2º Grau". (MABEL, 1996. P21).

A Secretaria de Primeiro e Segundo Graus (SEPS) funcionou projetos em vários Estados, mas devido ao corte de recursos feito pelo governo na educação os trabalhadores não tiveram continuidade.

A partir de 1988, o Brasil passa por um momento de transição com a constituição; esta teve como prioridade a instituição de um Estado democrático. Em relação à educação, a referida carta trouxe avanços significativos extensivos a todos os níveis de ensino. Determina o Artigo 212 que:

“A união aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%; no mínimo, da renda resultante de impostos compreendida à provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.
(LOPES, 1994. 24).

Mesmo procedendo desta forma, as ações programadas e implantadas com fins à solucionar determinados problemas educacionais como é o caso da evasão, da repetência, do analfabetismo de adultos, continua perpetuando ao longo da década de 1990.



2 A Política Educacional no Rio Grande do Norte a partir da década de 1960.

O Rio Grande do Norte no final da década de 50 apresentava uma brisa de candidaturas, caracterizando uma aglutinação de forças antagônicas.

“em Natal, no ano de 1959, o prefeito Djalma Maranhão, rompe com o governador Dinarte Mariz, e passa a apoiar a candidatura dissidente da U.D.N., Aluizio Alves”.(Góes, 1980.24).

O governador do estado representava os interesses da oligarquia, já Aluizio Alves, expressava os interesses da industrialização e do progresso. Djalma Maranhão situava-se como nacionalista de esquerda, a favor da reforma agrária e contra o imperialismo americano. Em 31 de Janeiro de 1961, Aluizio Alves assume o governo e monta o ambicioso programa governamental e vai buscar financiamento para suas obras na aliança para o progresso.

“Ao abrir as portas do estado para os Ianques, através dos programas desenvolvidos pela USAID, Aluizio Alves perde o apoio do prefeito Djalma Maranhão, que, por sua postura nacionalista discordava da colaboração com Washington, posta em prática pelo governo do estado. Mas, o rompimento definitivo só ocorre quando, nas eleições de 1962, Alves se nega a apoiar a candidatura Maranhão para o senado, esvaziando-se assim as ilusões da esquerda com relação ao governador”.(Góes,1980).

Na versão de Aluizio Alves, sem contato com aliança para o progresso instaurado por iniciativa do presidente Kênedy, não foi fácil.

Versão publicada pelo governador do estado Aluizio Alves no jornal (A Ordem 4.de agosto.1962, P9)

“Com a renúncia do presidente Jânio quadros desanimei com a execução dos planos de grande investimentos no estado. A única saída era ver como poderia obter recursos da Aliança para o Progresso (...) fui aos Estados Unidos, estive na aliança com vários setores e todos que diziam que nada podiam fazer porque havia um convênio entre o governo do Brasil e o governo da América e a aliança para o progresso de que os governos estaduais não podiam tratar diretamente com a aliança. No Nordeste só através da SUDENE e eu sabia de resistência da SUDENE a execução dos planos da aliança. Procurei então o embaixador Roberto Campos e expus o problema a ele. Ele me disse: se você falar com o presidente Kennedy, pode, talvez, encontrar uma solução (...) e o embaixador conseguiu que o presidente me recebesse(...) falei ao presidente Kennedy que tinha ido a Washington ver o que era a aliança e voltava sem poder. Ele perguntou: Por que? Respondi: Porque falei com varias autoridades da aliança e todos ficaram nas objeções burocráticas e jurídicas. Ele me perguntou: mas o senho falou ao embaixador Moscoso? Informei : não, infelizmente, ele está de férias na Austrália . Ele trocou rapidamente idéias como auxiliar e me perguntou quando eu regressaria ao Brasil. Disse-lhe que voltaria no dia seguinte, mas poderia permanecer alguns dias, se efetivamente necessário. Voltou a conversar com o assessor, e em seguida, se dirigiu a mim: o senhor, depois de amanhã procure o embaixador Moscoso na sede da Aliança que ele estará lá para recebê-lo, pois vou mandar buscá-lo agora para recebe-lo, pois vou mandar buscá-lo agora para essa conversa. E, realmente, fui recebido pelo embaixador Moscoso, apresentei parte do programa do governo, no valor de 25 milhões de dólares, ouvindo que no dia 16 de Julho (estávamos em 16 de Julho) estariam aqui para que os técnicos examinassem os projetos que eu dizia ter preparados (...).O presidente da aliança veio no avião da Presidência da Republica, com 25 técnicos. Foi direto ao palácio do governo. Discutimos de 9 horas da manhã às 7 horas da noite. E, no final, foi lida por ele e por mim uma onda pela qual a Aliança assegurava-me, para 7 projetos (...) 25 milhões de dólares. Mas, quando, ele saiu depois para fazer visitas à SUDENE e comunicar os resultados aliançados entre Natal, a SUDENE reagiu, achando que a aliança, por ter se entendido diretamente com o governo do estado, passava por cima de sua autoridade. Vetou a concessão daqueles recursos daqueles recursos, baseando-se no convênio existente. Fui imediatamente a Brasília. Estávamos no regime Parlamentarista. Antes que a SUDENE conseguisse apoio à sua atitude, consegui que o gabinete considerasse possíveis experiências pioneiras da aliança para o progresso com qualquer estado, e que o nosso

caso fosse caracterizado como experiência pioneira. Ainda assim, foi aconselhado, em Brasília, a negociar com a SUDENE. Após uma série de conversas e fórmulas transigi. A SUDENE iria liberando vam-se a projetos a serem desenvolvidos nas seguintes áreas: agriculturas, casa populares, pecuária, abastecimento de água, saúde e educação. Merece especial destaque o projetos 512-AA-64-BJ-5, convênio RGN-ED-PL 480, através do qual o governo do estado obteve na Aliança para o Progresso recursos da ordem de CR\$ 2.065.350.000,00, destinados "Ao melhoramento e ampliações do sistema de educação primária e básica". Esse plano previa a construção de 1.175 salas (...) conclusão e equipamentos de 5 ginásios no interior (...); formação de três mil professores em cursos intensivos; e alfabetização de 100.000 adultos". (Germano ,1989.59-58).

O Rio Grande Do Norte chegou a participar de mobilizações de questões políticas locais, nacionais e internacionais, e uma das mobilizações que chamou atenção, foi a dos comitês nacionalistas em defesa das ações da Petrobrás, postas à venda pelo governo do estado. Outra manifestação aconteceu em 1961, da União Nacional dos Estudantes e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, exigindo o cumprimento da constituição, que assegurava a posse de Jânio, no bairro do Alecrim, na praça gentio ferreira ouve um comício de apoio a Goulart. No comício de 05 de maio de 1963, o Deputado Leonel Brizola, a qual não tinha nenhuma simpatia pelo governo, fez um discurso fervoroso, onde apelava aos soldados das armadas a pegarem em armas em defesa das reformas de base, atacou a Aliança para o Progresso, que por sua vez, tinha o embaixador Norte-Americano, Lincoln Condon aceito do Governador Aluizio Alves o convite ao estado.

Os jornas mais importantes deram destaques ao acontecimento, como o Jornal do Brasil, O Globo, Jornal do Comércio, etc... foi uma facada no corpo das forças armadas, e disso poderia nascer um pedaço do pavio de uma verdadeira bomba.

"A essas mobilizações e manifestações sempre estiveram presentes o prefeito Djalma Maranhão e todos aqueles que comungavam de seus ideais.(Governo,1982:96)".

Formaram-se comitês nacionalistas, chamados de comitês populares ou comitês de rua, que por sua vez, se instalavam na periferia da cidade, onde se discutiam problemas nacionais e locais. E foi com essa habilidade de questionar os mais diversos problemas enfrentados pela população que Djalma Maranhão se elegeu com mais de 60% dos votos.

Em 1960, pelo PTN Djalma Maranhão é eleito prefeito de Natal, entretanto, não obedecendo a orientação nacional do partido, que apoiava Jânio Quadros para Presidente da República, foi expulso novamente, se filiando ao PSB. Maranhão tornou-se o primeiro Prefeito eleito de Natal derrotando Luiz de Barros. Seu primeiro contato com outro governante deu-se com o prefeito de Recife, Miguel Arraes, seria o início de um intercâmbio, onde se destacaria a coesão no aspecto do movimento de cultura popular e da campanha “De pé no Chão também se Aprende a Ler”.

Em sua administração, Djalma Maranhão iniciou a construção de casas populares destinadas aos funcionários municipais, sendo construídas no bairro das Quintas, com recursos da prefeitura, vários programas de saúde foram assinados entretanto, às vésperas do golpe militar(...).

A situação educacional no Rio Grandense do Norte, estava caótica e sem estrutura no início da década de 60, pois não havia salas de aulas suficientes para os alunos ou as pessoas que desejassem ingressar no ensino educacional.

“Só em Natal o número de analfabetos chegava a quase trinta e um mil entre crianças e adulto, isso sem escola. Djalma Maranhão com base nas reivindicações populares que considerava como prioridade a escola para todos e a erradicação do analfabetismo”. (Góes, 1988:33).

partiu para a prática para combater a miséria e a carência de instrução cultural. Em 1961 surge a campanha “De Pé no Chão Também se Aprender a Ler”, que germinou na cidade de Angicos e foi desenvolvida de forma mais comprometida em Natal, pelo prefeito Djalma Maranhão.

O grande foco desses blocos de alienados, estavam localizados nas periferias das cidades, nos bairros mais humildes, onde a assistência educacional estava em último plano.

Em Natal, a prefeitura improvisava, juntamente com a comunidade, e foi dentro dessa harmonia que o secretário municipal de educação, na época Moacy de Góes, tomou uma firme decisão com a comunidade das Rocas, o primeiro bairro a receber os primeiros ventos das novas idéias educacionais, fazendo com que se construíssem escolas de palhas, já que a prefeitura não tenha dinheiro para as construções de escola em alvenaria.

“Tentando sensibilizar os intelectuais tradicionais do Estado, foi programado e realizado o I Seminário de estudo dos problemas de Educação e Cultura do município de Natal. Este seminário se prolongou de março a junho de 1961, tendo sido efetuado em lugares deferentes e contando com a participação de um grupo desses mesmos intelectuais”. (Germano, 1982;101).

Dá-se assim um amplo movimento educacional, fazendo nascer uma certa estrutura organizacional, que eleva a cidade de Natal ao campo cultural. A campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” visava primeiramente erradicar o analfabetismo, ensinar a ler, escrever, contar; abrigar alunos sem exigências de fardamento e material escolar, pois, o fundamental era se chegar a um estágio de conscientização de classe.

Percebe-se, no entanto, que no início dos anos 60 no Rio Grande do Norte a educação passava por uma fase de transição caracterizada pela campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, sendo este movimento radical em favor dos necessidades da população do estado em especial em Natal como também um instrumento vigoroso para dar condições à expansão da cultura e da educação do povo. O temário, em geral, versava sobre os seguintes aspectos:

“Processo espoliativo do imperialismo, cultura brasileiro e alienação cultural popular, análise e crítica da constituição brasileira, reformas de base, aspectos da

economia brasileira, o professor primário em fase de realidade brasileira". (Germano, 1982:110).

O combate a evasão e a abertura do espaço político, como também a fixação do aluno a escola deve-se pela criação e contribuição dos círculos de pais e professores pois estes desempenharam um papel importantíssimo. A educação das crianças teve um bom desempenho mediante as reuniões semanais pois estas aproximavam a comunidade e baseava solucionar problemas da mesma.

Os círculos de leitura funcionavam no Centro de Formação de Professores no salão da biblioteca. No bairro das Rocas funcionou a primeira biblioteca em 01-05-1962, sendo que a Segunda biblioteca funcionou no bairro das Quintas. O funcionamento dessas bibliotecas era bem mais como postos de empréstimos de livros do que como biblioteca de fato, atribuía-se este fato pela insuficiências de espaço. O funcionamento dessas barracas era diariamente no vespertino e no noturno. Cada biblioteca tinha um acervo de aproximadamente 2000 livros. Diariamente era emprestado cerca de 80 a 120 livros.

A criação do Centro de Formação de Professores surge para atender às reivindicações populares na área da formação de pessoal para atuar na educação.

As idéias de crescimento e progresso econômico e social, alardeados pelos norte-americanos e seus seguidores nacionais, vão encontrar no Rio Grande do Norte um campo fértil para se desenvolverem. O discurso definido passa a ser do engajamento, da participação, da união e de esforços para superar o quadro de miséria social e o analfabetismo a que estava submetida a maioria da população. Ficava evidenciada a tentativa de neutralização dos movimentos populares, que já vinham ocorrendo na cultura, e das campanhas de alfabetização, que como a Igreja, a UNE e outros vinham realizando na perspectiva de humanização do homem. São convocados os estudantes universitários para se engajarem nesse processo. E os estudantes eram o seguimento mais envolvido com o movimento político-cultural ligados aos grupos nacionalistas, cuja a luta era tentar impedir o avanço das forças imperialistas no país e na região. O engajamento dos jovens nas campanhas de alfabetização e nos movimentos culturais orientados pelo Estado e pela Igreja, têm razão de ser, a partir do entendimento de que eles seriam os elementos em potencial que poderiam ser utilizados como agentes da reorganização das políticas sociais do Brasil.

Entretanto, o movimento militar castrou os ideais progressistas, em Natal houve a ocupação nos principais pontos da cidade pelas forças armadas. Aluízio Alves e Dinarte Mariz aliam-se aos militares, cada um à sua maneira. Dinarte Mariz encontrava-se no senado federal, mais próximo dos bastidores e às articulações e, pela sua postura ante comunista, evidenciada quando do movimento integralista, saiu vitorioso ao impedir o avanço das tropas para o sertão. Nada mais compreensível do que seu apoio aos militares, até porque justificava as suas tradições coronelísticas. Aluízio Alves, Governador do Estado, ainda vacilou para dar o seu apoio, mas oportunisticamente ficou numa postura aparentemente neutra. Por força desse apoio mesmo contundente, Aluízio Alves permaneceu no Governo até o final do mandato. Maranhão e seus auxiliares, juntamente com um número significativo de militares, foram expurgados: uns foram para a cadeia, outros para o exílio e outros calaram-se.

As experiências foram interrompidas e o patrimônio construído foi ao chão ou simplesmente substituído por outros monumentos. A ideologia dos princípios da segurança nacional toma o lugar do discurso nacionalista de defesa das nossas riquezas e da luta pela autonomia e liberdade. Os acampamentos escolares transformaram-se em escolas de alvenaria com o passar do tempo. A praça André de Albuquerque foi restaurada, e a concha acústica e a galeria de artes foram demolidas. Em seus lugares, surgem canteiros e coretos. O teatrinho do povo sem incentivo, sobrevive por um tempo até ruir. Os grupos folclóricos, de dança e de teatro são esvaziados. Em compensação a praça Kennedy ergue, no centro da cidade, o busto e os dizeres do Presidente Norte-Americano Kennedy.

Percebe-se nitidamente que o Rio Grande do Norte, a partir de 64 direcionou as medidas iniciais de enquadramento dos serviços educacionais do Estado ao esquema de padronização do sistema escolar brasileiro. No aparato reformista que vinha se impondo todas as unidades federadas, no sentido de conformarem os seus sistemas de educação ao modelo econômico e em processo de consolidação do país, o governo que se estabeleceu no Rio Grande do Norte naquele período toma uma série de medidas para o setor educacional no Estado com o propósito de promover a sua adequação às novas diretrizes do sistema escolar brasileiro.

Assim, ao se decidir pela atuação administrativa do Poder Executivo e no empreendimento de reformas em todos os serviços técnico-burocráticos da máquina estatal, a partir de 64 o Governo teve em vista, como primeira providência para o setor educacional, implantar um modelo organizacional para a Secretaria de Educação e Cultura,

de maneira que na qualidade de órgão gerencial das atividades de educação e cultura no estado, fosse modernizada a sua estrutura, objetivando assim aumentar a sua produtividade. Complementando essa medida outros mecanismos foram acionados por esse Governo e outros que se sucederam ao longo das décadas 60 e 70, à proporção em que tornavam-se indispensáveis para conduzir o sistema educacional do estado na direção das diretrizes educacionais formuladas no âmbito da administração central. Assim, a reorganização administrativa da Secretaria de Educação e Cultura, faz recrutamento e treinamento de professores e servidores, elaboração de diretrizes curriculares, estabelecimento de um regime de organização e funcionamento da rede escolar primária, institucionalização do planejamento, etc... faziam-se em conseqüência já do processo de burocratização generalizada do sistema escolar brasileiro como um todo que, a partir de 1964, vinha se impondo com mais força aos sistemas de educação dos estados. Todas essas providências tinham em vista determinar o lugar e a função a serem ocupados pela totalidade dos serviços educacionais do estado no conjunto da política econômica do governo, como também enquadrá-los no sistema de controle político-ideológicos desde a implantação do regime político-militar de 1964, que visava regular a vida e o funcionamento das instituições das sociedades.

“ A Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte em sua nova estrutura organizacional tendo em vista o atendimento de sua finalidade, e de gerenciar, agora de forma mais abrangente e mais sistemática, as atividades de educação e cultura no estado, compunha-se dos seguintes serviços: Serviços de Administração; Conselho Estadual de Educação e Cultura no estado; Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte- SECERN; Centro de Estudos Educacionais; Serviço Cultural; Serviços de Atividades Complementares; Inspetorias Regionais de Ensino ”. (Santos, 1986. P132).

Vale salientar, que, desde o início dos anos 60, o Rio Grande do Norte vinha sendo contemplado com verbas oriundas de organismos norte-americanos, para servir de laboratório de experiências educacionais.

“ No Rio Grande do Norte, no período de 1963/1968, participaram dos treinamentos realizados de acordo com a sistemática do RAMP, 9.196 professores primários”. (Santos, 1986. P134).

A inovação fica por conta do assumir politicamente a responsabilidade por um direito constitucional de todo cidadão brasileiro, que é o acesso a educação pública. É dever do estado facilitar esse acesso.

“MEC, 8: 76-82, afirma que o programa de emergência em 1962, afirma que o programa de emergência em 1962, evidenciava que do total de criança, em idade escolar (7 a 14 anos, 46% encontravam-se no sistema de ensino, 50% estavam na 1ª série do I grau e apenas 21,4% conseguiam chegar na 2ª série do I grau, dessas, 14,8% conseguiam chegar à 3ª série do I grau e somente 8,9% alcançavam a 4ª série do I grau). Isso significa dizer que, de cada 100 crianças que ingressavam no 1º grau, apenas 30 concluíam”. (Cruz, 1990.p111-112).

“Apesar do discurso de prioridade e democratização colocados nos planos governamentais os filhos de classe trabalhadora do saber letrado, adquirido via formal. Ao ponto de chegar-se a 1970, com a população analfabeta girando em torno de 32,9% agravando-se o quadro na região Nordeste, onde se encontrava 54,6% dessa população e uma das mais altas taxas de evasão escolar cerca de 41%”. (Cruz,1990.p112).

Verifica-se que o quadro político-educacional, ao longo da história do Rio Grande do Norte, apresenta uma degradação evolutiva, dado a desvalorização do ensino no Nordeste em relação às demais regiões do país.

Durante os anos 70 já se falava no uso de equipamentos eletro-eletrônicos, como o rádio e a TV em educação. O Rio Grande do Norte, nesta década, figura como precursor no uso desses equipamentos por ter sido um dos primeiros Estados da federação a implantar

um sistema de instrução utilizando o rádio – as escolas radiofônicas do MEB em 1958 – e ter possibilitado a colocação de um satélite no espaço aéreo local para captar e transmitir imagens via televisão com finalidades Pedagógicas – Educacionais.

O pioneirismo dos anos 70 entra no Rio Grande do Norte através do projeto SACI, em 1971.

“Na educação foram investidos 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiro, no período de 1975 a 1978, dos quais Cr\$ 770 milhões foram para a manutenção do sistema e Cr\$ 430 milhões na construção de mais de mil novas salas de aula e alguns outros projetos educacionais”. (CRUZ, 1990.p90).

Com essa verba foram criados os seguintes projetos: o pioneirismo, o Projeto Logos II e o livro didático.

Natal sediou o primeiro Centro Social Urbano. A ação social torna-se o carro chefe da ação política, eram fortalecidos os conselhos comunitários, os clubes de mães, os grupos de jovens. Ao final da década de 1970 os projetos tinham caráter regional e pretendiam atuar na área do livro didático e da suplência do ensino, e no Rio Grande do Norte essa pretensão foi mais acentuada em relação às demais regiões, devido ao número de crianças retidas nas séries iniciais do I Grau que permaneciam no sistema, e outros que dele saíam e voltavam fora da faixa para instrução formal.

Os diagnósticos elaborados na década de 80, no Rio Grande do Norte, indicavam estar em curso uma ampliação das oportunidades educacionais, expressa essencialmente pela ampliação da oferta de vagas. No entanto, indicavam que essa ampliação era insuficiente para atender a demanda por vagas no ensino de 1º Grau, além de persistirem os altos índices de evasão de e repetência nesse nível de ensino.

“Em 1985, a taxa de alfabetização da população de 7 a 14 anos de idade era de 56,22% significando que 43,8% não dominavam os códigos básicos da leitura, escrita e cálculos. Nesse mesmo ano o déficit de atendimento foi de 13,8%, a taxa de evasão e

repetência, na rede pública foi, respectivamente, 19,7% e 36,8%, sendo que esses índices eram bem mais elevados quando se referia a zona rural". (OLIVEIRA, 1990. p28).

Face essa realidade, o Rio Grande do Norte propunha para os planos de educação medidas para universalização da educação básica. Em atendimento a esse pressuposto, foram formulados os seguintes objetivos: expandir e melhorar o ensino de 1º Grau de 1ª a 4ª série na zona rural, considerando a cultura local como ponto de partida para o acesso aos conteúdos universais e domínio destes; construir, ampliar, restaurar, e equipar unidades escolares, como também ampliar quantitativa e qualitativamente as oportunidades educacionais.

Em 1988, a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte elaborou a proposta Político-Educacional para compor o Seguimento Educação do Projeto Nordeste, incorporou as três diretrizes formuladas no plano o Nordeste no Horizonte de 15 anos: Universalização da Educação Básica de boa qualidade, valorização do magistério e implantação de uma administração democrática.



3 O INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRESIDENTE KENNEDY: UM HISTÓRICO

3.1 HISTÓRICO:

O Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy, vinculado à secretaria de educação e desporto do governo do estado do Rio Grande do norte, é resultado do redimensionamento do trabalho e adequação das instalações físicas da Escola Estadual Presidente Kennedy, situado à rua Jaguarari, s/n.º no bairro de Dix-Sept Rosado, na cidade de Natal.

O instituto Presidente Kennedy foi criado com verbas oriundas de organizações norte-americanas mas especialmente do programa “Aliança para o Progresso” no governo de Aluizio Alves no ano de 1963 e inaugurado em 22 de novembro de 1965, sendo legalizado em sua denominação em 25 de agosto de 1968 pelo decreto n.º 4979 com publicação no diário oficial dia 27/08/68. Em 30/03/1976, em decorrência de novas reformas de ensino sobre a autorização n.º 394/76, o mesmo passou a ser denominado: Escola Estadual Presidente Kennedy – ensino de 1º e 2º graus.

Segundo o relato da professora Chicuta, principal inspiradora da planta Instituto Kennedy; deslumbra com sua fase inaugurada:

“foi uma apoteose (...) o senador, a senhora Kennedy, as autoridades tiveram que subir para o telhado da obra interna do Kennedy, para fazerem os discursos de inauguração, tamanho era a multidão”. (Oliveira, 1990.p 274).

Neste período foi grande o desafio por não constar com infra-estrutura para abastecimento de: água encanada, energia elétrica, telefone, transporte coletivo uma vez que a frota que circulava era reduzida e até mesmo a prática pedagógica das normalistas tinham que ser efetivadas no jardim de infância modelo e nos grupos escolares, localizados na sua maioria no bairro da cidade alta. Segundo a professora Chicuta

“a missão do professor primário é digna, mas infelizmente, desvalorizada esquecida e menosprezada.” (Oliveira, 1990.p 275).

Faz-se portanto, imperativa que, na preparação intelectual e sobretudo moral desse professor, seja despertado a consciência e seu valor profissional e ressaltada a dignidade da carreira docente aspectos essenciais para o exercício da profissão com ideal, responsabilidade de princípio.

Na preparação desse novo professor reveste-se de importância, não só as inovações curriculares, representadas pela introdução de novas disciplinas no currículo, mas pesa significativamente a colaboração, o entusiasmo, a competência do educador que, numa união de esforço de ver primar para que a formação do professor primário ocorra numa escola de qualidade.

O curso de habilitação para o magistério desenvolvido até 1993 na instituição foi sendo gradualmente desativado, pela própria descaracterização que vinha sofrendo, dando lugar a uma experiência piloto pioneira no estado envolvendo a profissionalização docente.

O novo INSTITUTO da rede pública de ensino, é responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, tendo sido criado pela lei estadual 6573 de 03-02-94 data de início do seu primeiro ano letivo como agência formadora a nível de 3º grau.

Nas instalações do INSTITUTO também funciona uma escola que atende ao primeiro Grau menor, nos horários matutino e vespertino.

O trabalho do Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy teve seu início através do projeto de Cooperação Educativa Brasil-França, e é centrada na realização do curso de Licenciatura em Pedagogia, habilitação em Magistério.

Sua infra-estrutura hoje é totalmente adequada, possui uma estrutura física com salas de aula, laboratório, biblioteca, sala de audiovisuais e de informática, espaço de lazer auditório sala de museu, sala para arquivo, cantina, recepção e salas de apoio administrativo.

Os recursos humanos da instituição dos docentes e demais pessoal da área técnica do curso, são oriundos do antigo quadro da escola estadual Kennedy. Com sua reestruturação funcional, como Instituto de formação de professores, foi complementada o quadro de professores através de seleção entre profissionais pertencentes a Secretaria de Educação e Desporto do Estado, todos com qualificação a nível de 3º grau, cobrindo as diversas áreas de estudo. Entre o corpo docente, alguns possuem qualificação a nível de pós-graduação. Os demais, para atenderem quantitativamente as necessidades formativa do

Instituto, são licenciados em Pedagogia, Geografia, Educação Artística, História, Letras, Biologia, Ciências, Matemática, Filosofia e Educação Física.

4 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

4.1 Escola Normal: pequeno histórico

Ao iniciar este capítulo faz-se necessário perceber a origem do ensino normal e um pouco de sua trajetória no Brasil. As escolas normais tiveram sua criação a partir de 1933. A primeira delas foi fundada em Niterói sendo pioneira na América Latina. Após sua introdução em Niterói logo se estendeu a Bahia em 1836, ao Rio de Janeiro, ao Ceará e a São Paulo. Até a década de 30 sua legislação pertencia ao estado.

A lei orgânica do ensino normal foi promulgada em 02 de janeiro de 1946. Apartir de então as normais e diretrizes para sua implantação foi fixada pela união. Apartir de então as escolas normais estruturaram-se mantendo uma orgânicidade a nível nacional. Contudo, os Estados e Distrito Federal possuíam autonomia para organizar seus sistemas de ensino. Apartir dessas normas o ensino das escolas normas passou a ter finalidade:

1. Promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

A escola normal tinha o caráter profissionalizante e foram organizado em dois níveis. Como curso de primeiro ciclo passava a funcionar o curso de regentes de ensino primário com duração de 4 anos que funcionaria com o nome de Escolas normais regionais. Como curso do 2º ciclo, continuavam a existir os cursos de formação de professor primário, com a duração de 3 anos que funcionaria em estabelecimentos chamados escolas normas.

No currículo das Escolas Normais Regionais tinha-se a predominância de matérias de cultura geral, a formação profissional só foi prioridade nos cursos do 2º ciclo. Quanto ao currículo no 1º ciclo, era bastante deficiente com relação as disciplinas de formação especial, de base científica de formação pedagógica. A lei orgânica do ensino normal foi um grande avanço para educação brasileira, pois pela primeira vez teve-se diretrizes gerais estruturando o funcionamento e a organização das escolas normais.

A formação profissional de professores tem sido ao longo da história crítica de formas unânimes em reconhecer o ensino ministrado, era arcaico, com base na primazia sobre a prática, culminando com a carência de qualificação frente aos padrões necessários para trabalhos com o contingentes de grupos menos favorecidos da sociedade que nela ingressam, no sentido de um trabalho de sucesso.

“Desde 1942 o número de crianças que repetem a 1ª série é de ordem de 60% (...) a repetência não é fenômeno exclusivo da 1ª série continua sendo uma ocorrência constante no decorrer das outras séries”. (Freire. 1994,p-30).

O número de reprovação é considerado extremamente alarmante, deve-se isto é claro pela falta de estrutura política e pedagógica que vem se processada ao longo da história da educação do país. As Escolas Normais passaram a ser assim denominadas a partir da lei de diretrizes e bases da educação nacional de n.º 4024-61.

4.2 Curso magistério do 2º grau:

Com a promulgação da lei 5.692/71 o curso de ensino normal passou a ser curso de habilitação para magistério de 2º grau. Quando o ensino normal era constituído de dois ciclos com duração de 08 anos, havendo uma predominância das disciplinas profissionalizante no 2º ciclo. A partir do momento em que foi transformado em uma habilitação profissional, perdeu um pouco de sua identidade enquanto o curso de formação de professores, passando a ser habilitação de 2º grau, como qualquer outra.

Em Natal, a Escola Estadual Presidente Kennedy nas décadas de 70 e 80 teve seu destaque como Escola “modelo” para o magistério de 2º grau, tendo uma significativa frequência daqueles que cursam o 2º grau. Tendo sido essa a primeira escola de formação de professor primário no Estado, firmou-se ao longo como uma Escola de excelência, constituindo-se em uma via de acesso a elevação cultural e a construção do

ensino potiguar. Disso resulta a credibilidade que lhe é conferida, enquanto instituição que tem como objetivo principal a formação de docente.

Na década de 80 surgia uma crítica crescente às concepções técnicas e psicologizantes da educação que predominaram na formação dos professores dos anos 70. Nas discussões ao longo da década de 80 a formação de sujeitos vale destacar a tentativa de recuperar o papel do professor no processo educativo, ressaltando a importância dos conteúdos que tinha sido esvaziados pela prioridade conferida anteriormente a técnica ou compreensão do outro. Diante de diagnósticos que apontam para as conseqüências, na prática pedagógica do esvaziamento da formação a comunidade acadêmica começa a sentir necessidade de redimensionar a formação do professor.

Segundo Alves, na sua obra a formação do jovem Professor Para Educação Básica(1.989.P.10).

“Todo o movimento avança compreendendo a necessidade da escola para as camadas populares, que vêem nela o lugar possível de aquisição de um sabor básico indispensável nas suas ações vitais que vão desde conseguir um emprego, até participar de um sindicato que organiza um partido político”.(Gadelha.1.997.P113.).

Diante disso, o Instituto Kennedy assumiu uma ação decisiva na sua organização, criando assim, uma direção em termos de apresentação e qualidade de ensino diferenciado das demais escolas de ensino do magistério do 2º grau. Buscando formar professores não da forma como era ministrado anteriormente, mas numa perspectiva histórica, articulada com a prática social concreta dos alunos e professores, de forma a propiciar possíveis mudanças qualitativas, na própria prática social.

Estado foi impondo e priorizando a tecnologia educacional, a formação de técnicas, o saber fazer, para tanto ele contava com as técnicas burocratas da educação. Não apenas no setor fabril e industrial ocorriam mudanças curriculares; mas também nos cursos, de formação de professores, tanto no nível secundário como superior, tornou-se obrigatório o saber fazer, a instrumentalização do ensino e da atividade do docente.

O trabalho pedagógico aos poucos foi se fragmentando, se processando, de um lado os especialistas que sabiam, planejavam, decidiam; do outro, professores que orientados tinham a obrigação de serem eficientes, racionais, objetivos, executavam tarefas.

A tecnoburocracia foi ocupando os espaços do processo ensino-aprendizagem na vivência pedagógica.

Como as demais habilitações profissionalizantes a nível de 2º grau, o curso do magistério, é formado do núcleo comum, e das disciplinas profissionalizantes.

O núcleo comum tem o objetivo de preparar o indivíduo para dar continuidade dos estudos no ensino superior no entanto, sabemos que o curso de magistério não qualifica o professor-aluno para o ingresso nas universidades.

O curso de magistério apesar de ser um curso que tem o desafio de formar o professor para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, está muito longe de atender essas expectativas uma vez que os estados continuam seguindo apenas as orientações do Conselho Federal de Educação - CFE com algumas raras exceções.

Ao que se refere a importância histórica da Escola Estadual Presidente Kennedy, Instituto Kennedy ou Instituto de Formação de Professor- IFPPK, seja qual for a denominação sua função de formar professores é relevante, uma vez que o mesmo vem passando por transformações conforme mudanças ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, procurando atender todas as exigências feitas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC. Seu regimento sempre foi feito levando em consideração a melhor qualificação do professor através do processo ensino-aprendizagem. Quando o IFPPK ministrava o ensino normal era uma Escola de Formação de professor por excelência, sua estrutura física, a forma como as normalistas eram vistas pela sociedade com idealismo elas eram "eram alegres vestidas de azul e branco" protagonizadas em jornais e até mesmo cantadas pela melhor voz de ouro do Brasil. O cantor Nelson Gonçalves homenageia as normalistas e faz através da sua música o Curso de Formação de Professores transformasse em um sonho que toda mulher que deseja entrar no mercado de trabalho e que não estava disposta a competir nas áreas profissionais onde predominava a presença maciça do homem, uma vez que a mulher ainda não tinha conquistado seu espaço profissional.

Foi grande a contribuição que deu Nelson Gonçalves para emancipação profissional da mulher e o Kennedy tornou-se o meio pelo qual as jovens mulheres encontravam para ingressarem no campo de trabalho.

No entanto não era e nem é uma tarefa fácil conseguir ingressar no curso de Formação de Professores oferecido pelo Kennedy, uma vez que a procura sempre foi bem maior que a oferta, dado o grande número de alunos que se inscrevem para exame de seleção todos os anos. Mesmo o IFPPK tendo passado por várias reformas não há condições de atender a demanda. Na década de 80 então, aumentou muito a procura devido a criação do Estatuto do Magistério do 1º Grau do Estado do Rio Grande do Norte, que determinava pisos salariais fixos que variava de 3 a 7 salários mínimos vigente.

Diante de todo esse processo gradual de desvalorização do Magistério o IFPPK substituiu pelo Curso de Formação de Professor a nível de 3º Grau a partir de 1994.

15

4.3 O Processo de Formação de Professores a Nível de 3º Grau:

Em 1993 o IFPPK criou uma proposta para o Curso de Formação de Professor a nível de 3º Grau, intitulado Projeto de Curso de Formação de Professor para o Ensino Fundamental, com a participação de um grupo de professores formadores, equipe administrativa do IFPPK, representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Universidade Regional do Rio Grande do Norte - URRN, Secretaria de Educação, Cultura e Desportos - SECD e Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTE. Submetido num primeiro momento as instâncias competentes da URRN, o referido projeto foi aprovado e encaminhado ao MEC, que reconheceu o Curso de Formação de Professores como Licenciatura Plena, Por prazo de 5 anos.

Segundo o projeto de Formação de Professores para o Ensino Fundamental, elaborado em dezembro de 1993, o IFPPK iniciou em 1994 com um quadro de 10 professores orientadores das disciplinas sendo: quatro Mestres em Educação, um em Lingüística Aplicada, um em Geografia e um em Administração Escolar; um Especialista em História e em Educação; um Licenciado em Matemática; e um Doutor em pesquisa. Hoje segundo informações oferecidas por Ivanilda Araújo de Carvalho e Maria Fernanda de Almeida, que exerce a função de Pesquisadora Educacional na Biblioteca do Instituto, o corpo docente é formado por apenas três Mestres em Educação e os demais professores são Licenciados ou Especialistas.

O IFPPK forma anualmente seis turmas de 25 docentes preparadas para lecionarem no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série. Esses Educadores no final do Curso terão que apresentar um Memorial de Formação para um Banca Examinadora, constituída por três membros: um convidado, um tutor e professor formador, presidente da Banca é o tutor do professor-aluno. Nesse documento o concluinte relata sua trajetória acadêmico-profissional de forma crítica e reflexiva, se embasando teoricamente em assuntos abordados no mesmo.

O Sistema produtivo tem imposto ao setor educacional especialmente aqueles relativos à formação de recursos humanos e de incentivo a todos os mecanismos que possam assegurar o acesso a novos conhecimentos que venham atender a demanda econômica, bem como a geração destes. Assim a universalização básica prevista no Plano Decenal de Educação Para Todos (1993-2003) passou a ser coordenado pelo Governo Federal, mesmo não lhe cabendo atuar diretamente, pois essa coordenação está legalmente reservada aos Estados e Municípios. Vale salientar que o Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério impõe algumas exigências para o repasse de recursos do MEC, para os Estados e Municípios tais como: o ingresso do professor mediante concurso público e um programa de qualificação para professores em exercícios. Prever um prazo máximo de 5 anos para eliminar da rede professores que não tenham pelo menos formação profissional a nível de 2º Grau. Propõe um a reforma de todo sistema educacional, incluindo: alteração na Constituição (Emenda 14); o estabelecimento de Parâmetros Nacionais e reorientação da ação do MEC de forma a fortalecer seu papel redistributivo e supletivo.

No IFPPK, desenvolve-se o processo educacional visando a melhoria na qualificação do conteúdo aplicado, usando para isso a seguinte metodologia: quando diagnosticado necessidades formativas, geralmente no final de cada sessão semanal ou antecedendo a seguinte, os tutores de cada turma reúnem-se objetivando fazer um balanço sobre a situação dos alunos.

A proposta do IFPPK, enfoca a mediação e autonomia como necessários no processo de auto-disciplinaridade, enquanto abre espaço para as relações concreta que o professor estabelece em sala de aula.

Para o professor ingressar no IFPPK, é necessário ter uma prática consubstanciada pelos saberes adequados na sua formação inicial no percurso de sua prática. No entanto esse professor-aluno não traz apenas sua prática inicial para esse processo formativo, mas também todas as sínteses a que pode chegar articulando diferentes ordem de experiência.

A prática profissional é parte de formação, seja profissional ou polivalente. O processo formativo deve estar sempre em feedback na prática cotidiana do professor-aluno. Assim o aprendizado adquiridos no curso do IFPPK, reelaborados propiciarão em prática profissional renovada.

“A proposta do IFP, encaminha uma formação profissional que parte da Prática, integrando o cotidiano os múltiplos saberes que circulam entre quatro poderes uma sala de aula” (Gadelha.1997.p.78).

Para melhor informação deste trabalho vala salientar que os alunos do IFPPK vêm predominantemente, dos cursos de Magistério do 2º Grau e tendo a obrigatoriedade de lecionarem no ensino fundamental. Ainda tem que enfrentar uma certa “discriminação” por cursar o 3º grau sem ser numa Universidade, o que de certa forma não faz alguns alunos se sentirem “orgulhosos” por considerar a Universidade como um mito, algo assim, como um sonho longe, um horizonte perdido; um desejo reprimido. Podemos comprovar isto através das palavras da aluna concluinte de Magistério de 3º Grau do IFPPK.

“(...) eu recebi elogios da família de determinadas pessoas que também não esperava que eu chegasse onde eu cheguei, apesar de Ter sido lá pela UFRN, não que meu sonho era realmente a Universidade. Mas mesmo assim, eu ainda fui muito agradecida com muitos elogios, por telegramas, da família que não acreditava... da família de meu namorado, né? Não é a minha mãe... que não acreditava e telegramas prá mim e dizer: parabéns...! sua batalha pelo esforço! Então isso foi muito legal. Então o que eu tenho a dizer do curso foi isso foi ... na parte... e ... prática né? Que eu evolui como ... pessoa, além de evoluir como pessoa, também aprendi muitas coisas com minhas colegas, eu mudei muito minha concepção de sala de aula, entende? (MC 13FC)”. (Gadelha, 1997.p12).



Com base nesse depoimento e demais não citados nesse trabalho, podemos ressaltar que não longe dos discursos os alunos não conseguem encontrar no curso do IFPPK elementos que lhes permitam fazer face do prestígio e o valor que atribuem à Universidade. De forma gradativa conseguem chegar a uma construção que lhes permitem saírem do conflito.

“A valorização do IFPPK faz-se em cima da prática profissional ao passo que a valorização da Universidade faz-se enquanto porta de acesso à ascensão social. O trabalho do IFPPK é reconhecido pelos sujeitos, pelos benefícios que injeitou à sua prática concreta. Mas não gozo, no meio educativo, valorização social a que deveria fazer jus enquanto uma formação em nível de 3º Grau, eficaz, efetiva e pertinente a realidade do Estado. A Universidade continua em mito numa perspectiva de educação como investimento”. (Gadelha, 1997.p113,114)

Durante os discursos que os sujeitos fazem ao longo do curso do IFPPK, questionam ambigualmente a proposta diminuindo a validade ou pretendendo valorizá-la, como podemos ver no relato abaixo:

“Nós fomos professoras, eu pelo menos... eu me sentia e outras colegas também sentiam marginalizadas, dizendo que aquilo ali não era um curso superior, como era que ia, como é que a gente poderia conseguir com 2 anos uma, um título de Licenciatura Plena, um curso daquele, só porque não era na... Universidade Federal, né? que a instância maior de educação no Estado? Como não era lá, aí o curso também não valia. Eu digo: Também se não valia eu tô pouco me incomodando, o que eu quero mesmo é, tá mudando a minha prática, vendo o que eu aprendo prá modificar a sala de aula... (ML13FCI)”. (Gadelha,1997.p119).

O IFPPK tem contribuído de forma significativa para formação daqueles professores que tinham se perdido ao longo da prática cotidiana. E que ao se encontrarem

cursando o magistério de 3º grau encontraram motivação para trabalharem com o aluno em sala de aula visando não somente o resgate da cidadania mas, também a formação de conceitos para o desenvolvimento intelectual do mesmo.

No relato da aluna acima podemos perceber que ela não põe em questão a qualidade da formação recebida, mas sim a sua duração. Mesmo a equipe docente do IFPPK tendo esclarecido no início do ano letivo aos professores-alunos e às equipes técnico-pedagógicas das escolas-laboratório toda a proposta, eles ainda colocam em questão essa duração de 2 anos sem levar em consideração que o curso tem uma carga de 8 horas diária, o contrário do oferecido pela Universidade que tem a carga diária de apenas 4 horas.

Podemos comprovar isso com depoimento da professora VJ:

“Se fosse um tempo maior, talvez a gente saísse assim, mais preparado prá, prá, não é competir, mas com qualidade melhor do que o professor que sai, da Universidade Federal, de Pedagogia, prá trabalhar com crianças. Porque eles lá não, num se especializam de 1ª a 4ª, né, no ensino fundamental, como a gente. Então... eu acho que, melhora muito mais o ensino, se fosse num tempo maior... (VJ7FCI)”. (Gadella, 1997.p118-119).

Quando os professores terminam o Curso de formação de professores no IFP, tem uma nova concepção sobre sua prática, eles passam a valorizar mais a forma como os alunos aprendem, do que, o que eles aprendem, por exemplo maioria dos professores antes da formação concebiam apenas que os alunos armazenassem os conteúdos trabalhados, sem a necessidade da hierarquização ou classificação dos mesmos. A partir de então, eles percebem que a criança precisa criar desde cedo conceitos e ter a percepção da hierarquia dos números a classificação dos objetos...

No depoimento de um dos sujeitos podemos observar como ele se sentia antes e depois de fazer o curso. Porque no seu modo de agir ele sentia necessidade de mostrar para os outros o que fazia numa posição dependente. O curso o possibilitou a formar consciência dessa dependência e buscar novas fórmulas para sua superação: hoje se sente mais seguro, ao mesmo tempo que percebe melhor a importância da troca com o outro para o enriquecimento mútuo.

“Mudei, não mudei só em sala de aula, entendeu? Eu mudei como pessoa, também. A maneira de não ser, mais tão individualista, não ser mais tão, ser mais coletiva, sabe? Eu dizia: “Eu faço!” Eu não dizia eu faço não, eu dizia: “Eu vou fazer isso”. Hoje eu não digo mais eu vou fazer isso... Porque até a minha maneira de agir, entendeu? Minha maneira de pensar sobre mim... antes, eu confesso, eu tinha necessidade de mostrar o que fazia... certo? E hoje eu não tenho mais. Eu acho sofri um amadurecimento...[...] hoje eu não me preocupo com que os outros pensem, com o que o supervisor da escola pense, o que o diretor pense. Eu faço o meu trabalho, mas com o interesse de, que o meu aluno aprenda, apenas entendeu? Fazer o melhor prá ele, prá ele! (MS5FCU)” (Gadelha, 1997.p127-128).

Os professores-alunos do IFPPK ficam entre a realidade de estarem cursando o 3º Grau e a utopia de querer fazer um curso na Universidade, no entanto a proposta do IFPPK não só deu certo como promoveu uma melhoria significativa na qualidade do ensino fundamental de 1ª a 4ª série, a tal ponto que serviu de base para implantação do mesmo curso, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cidades do interior e vem beneficiando um maior número de professores que por não poderem se destacar para a capital do Estado ficam impossibilitados de se qualificarem para atender as exigências dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1993-2000) onde reza que todo docente terá que possuir qualificação a nível de 3º Grau até o ano de 2003.

5 CONCLUSÃO

Apesar do IFPPK ter sido inaugurado em 1965, este trabalho monográfico analisa as décadas de 60, 70 e 80 dentro do contexto político-educacional no Brasil e principalmente no Rio Grande do Norte abrangendo o processo econômico-social de forma a esclarecer a história.

O Instituto Presidente Kennedy, foi criado em 1965, com o objetivo de receber as normalistas que, em geral, eram moças filhas da classe média, que estavam ingressando para conseguirem um curso de formação de professor, muitas vezes apenas para possuírem um curso de nível profissional, no entanto muitas delas, levavam a sério sua docência o que muito beneficiou a educação do Rio Grande do Norte, no entanto, a lei de diretrizes e bases n.º 5692/71, acabou com o ensino normal, dando lugar ao curso de magistério de 2º grau que funcionou na Escola Estadual Presidente Kennedy, que igualmente foi aos poucos se esvaziando dando lugar ao Curso de Formação de Professores do 3º grau.

O curso de Formação de Professor do IFPPK, durante esses 5 anos de existência, tem conseguido qualificar um grande número de professores visando não apenas a formação de docente do Ensino Fundamental, mas principalmente priorizando o exercício e o resgate da educação do RN, para contribuir de forma positiva com o desenvolvimento Sócio-Econômico-Educativo da sociedade potiguar. Com a certeza que o aluno do Ensino Fundamental de hoje é o mesmo que fará o Brasil do ano 2000 prosperar. Sem essa contribuição que o IFPPK tem dado para a educação do RN, o nosso estado estaria enfrentando maiores dificuldades neste quadro econômico desolador que assola o país. Percebemos que a nossa educação tem melhorado muito nos últimos anos e sabemos que devemos isso ao incentivo que tem recebido o Ensino de 1º Grau nesta década de 90.

6 BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Aiene Rebouças. **Vidas em Confronto: Processo de Formação Docente e Trajetória Profissional.** Natal, 1998. (Dissertação de Mestrado/em educação/UFRN).
2. BEZERRA, Aida. **A questão Política da Educação Popular.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
3. BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política,** São Paulo: Ed. Abril, 1986. p983. ✓
4. CRUZ, Vilma Víctor. **Pioneirismo Educacional no Rio Grande do Norte.** Natal, 1990. (Dissertação de Mestrado/UFRN). ✓
5. FREIRE, Olga de Oliveira. **A Contribuição da Disciplina História e Filosofia da Educação na Formação de uma Atitude Reflexiva no Aluno do Curso de Magistério.** Natal, 1994. (Dissertação de Mestrado/UFRN). ✓
6. GADELHA, Maria José de Araújo. Formação de Professores: uma avaliação psicossocial. Natal, 1997. (Dissertação de Mestrado/UFRN). ✓
7. GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo a campanha de Pé no Chão.** São Paulo: Cortez, 1993.
8. GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil. (1964/1985). São Paulo: Cortez, 1993.
9. GERMANO, José Willington. **Pioneirismo educacional no RN: realidade ou mito.** Natal, 1990. (Dissertação de Mestrado/UFRN). ✓
10. GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991. ✓
11. LOPES, Maria das Dores. **A formação do professor para as séries iniciais da escola formal: um novo desafio.** Natal, 1994. (Dissertação de Mestrado/UFRN). ✓
12. MABEL, Helena. **A tutoria como estratégia educativa na formação do professor.** Natal, 1990. (Dissertação de Mestrado/1990). ✓
13. OLIVEIRA, Leda Maria Nunes. **Uma escola pioneira na formação do professor primário no Rio Grande do Norte.** Natal, 1990. (Dissertação de Mestrado/UFRN). ✓

14. Parâmetros Curriculares Nacionais. PCN, MEC, 1995.
15. RIO GRANDE DO NORTE. **Diário de Natal**, 16 de setembro. Ano 92. Texto: Rejane Medeiros.
16. SANTOS, Nancy Gomes. **O provimento do cargo de direção escolar de 1º e 2º Graus do Rio Grande do Norte: Uma questão de natureza técnico-formal ou político-partidária?**. Natal, 1986. (Dissertação de Mestrado/UFRN). ✓
17. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy. **Projeto do curso de Formação de Professores Para o Ensino Fundamental**. Natal, Dez, 1993.
18. WEFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. 2 ed.- Rio de Janeiro: paz e terra, 1980. ✓

